



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional
Sub-eixo: Trabalho Profissional

SERVIÇO SOCIAL E ANTAGONISMOS DE CLASSE: A IMPORTÂNCIA DAS LUTAS COLETIVAS PARA A EFETIVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E VALORES DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL HEGEMÔNICO.

ANA CAROLINA DOS SANTOS CANTUARIA¹

Resumo: Discutir sobre as possibilidades de criação de estratégias para a objetivação dos princípios e valores inscritos no projeto ético-político profissional assume relevância, uma vez que os desafios colocados pela crise estrutural do capital, e o rearranjo do Estado, impactam diretamente o trabalho profissional, fazendo-se necessário refletir sobre as possibilidades inscritas na tensão trabalho assalariado e estatuto profissional. O artigo apresenta, a partir de uma pesquisa qualitativa, as ações do Conselho Federal de Serviço Social, gestão 2014-2017 e primeiro trimestre do triênio 2017-2020, de fortalecimento do projeto profissional considerando seu papel estratégico no suporte teórico, normativo e ético-político para as/os profissionais.

Palavras – Chave: Projeto Profissional; Cotidiano Profissional; Trabalho Assalariado

Abstract: Discussing the possibilities of creating strategies for objectifying the principles and values inscribed in the professional ethical-strategic project is of relevance, once the organizations are structured in the capital, and the rearrangement of the State, directly impact the professional work, making is the enduring those inscribed in the tension of salaried work and of professional vote. The article appears from a qualitative research, such as the Federal Social Services Council, 2014-2017 and the first quarter of the 2017-2020 triennium, to strengthen the project in its strategic curriculum in the theoretical, normative and ethical- for professionals.

Key-words: Professional Project; Daily Life Professional; Salaried work

I. INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão socialmente determinada, chamada a atender as necessidades de reprodução social, tendo como objeto central de seu trabalho as expressões da questão social, produzindo respostas mediadas pelos antagonismos das classes em relação. Possui uma determinada inserção na divisão sociotécnica do trabalho, sendo um tipo de trabalho especializado, inserido na reprodução das relações sociais.

Portanto, o significado social da profissão é determinado pela tensão de interesses antagonônicos do capital, e da classe trabalhadora. Assim a apreensão crítica

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: <carolina_cantuaria@hotmail.com>.

dos fundamentos do trabalho profissional, supõe, entre outros elementos, reconhecer que o seu significado é determinado por duas dimensões indissociáveis entre si. A primeira é o entendimento da profissão como realidade vivida e representada pela/na consciência das/os assistentes sociais, que se expressa a partir do discurso teórico-metodológico sobre o seu exercício; a segunda como profissão socialmente determinada e que, portanto, é afetada pelas condições objetivas de realização do trabalho profissional que ultrapassam a vontade individual dos agentes profissionais (Iamamoto, 2008). Além disso, o reconhecimento do caráter contraditório do trabalho profissional, que reproduz, pela mesma atividade, os interesses antagônicos das classes em relação responde as demandas do capital e da classe trabalhadora; participa dos modos que garantem a exploração e a dominação, ao passo que concomitantemente, produz resposta às necessidades de sobrevivência das/os trabalhadoras/es e da reprodução dos antagonismos de classe (idem).

Esses processos unitários que apresentam dupla determinação, quando conscientes, abrem a possibilidade para uma intervenção profissional alinhada aos interesses da classe trabalhadora. Assim, a/o assistente social, mesmo tensionado pelo estatuto assalariado, pode criar alternativas reais para a expansão da sua autonomia relativa, e construir respostas profissionais que fortaleçam os interesses da classe trabalhadora, e realize os valores e princípios do projeto ético-político do Serviço Social. Assim, como afirma Iamamoto, é

A partir dessa compreensão é que pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras. (2008, p 75)

Entretanto, como alerta Iamamoto (2008), não podemos desconsiderar, para não cair em uma análise messiânica, as mudanças societárias em curso implementadas pela ordem do capital, realiza uma ofensiva direta aos direitos sociais conquistados e a vida da classe trabalhadora, flexibilizando e precarizando as relações trabalhistas. Processo que incide diretamente nas condições objetivas de realização do trabalho das/ nos assistentes sociais, tanto pelo estabelecimento de relações trabalhistas precárias, de contratos temporários, terceirização; quanto pelo sucateamento das Políticas e Programas Sociais. Ofensivas que fragilizam seus vínculos trabalhistas, e precarizam suas condições de trabalho.

Instala-se um cenário no qual a única forma que o capitalismo possui para responder a realidade é com a barbárie. Sugando recursos da natureza, biodiversidade, impondo a mercantilização de todas as esferas da vida social, gerando um processo de competição, individualismo, consumismo e banalização da vida.

Respondendo as expressões da questão social com a militarização e judicialização da vida social, extermínio dos chamados “grupos perigosos”; programas focados na extrema pobreza (Netto, 2012).

Nesse sentido, se faz imprescindível reforçar a importância de elaboração de estratégias que contribuam para fortalecer a autonomia relativa da/o assistente social, especialmente no contexto de barbárie e precarização. A literatura profissional tem sido categórica nas análises que indicam a importância de articulação do trabalho profissional com os movimentos sociais, com as categorias profissionais que partilham dos mesmos valores e bandeiras de luta do Serviço Social e com a luta geral da classe trabalhadora. Neste artigo, pretendo chamar atenção para a importância do respaldo das Entidades profissionais para o trabalho das/os assistentes sociais, assim como organização política em defesa das Políticas Sociais Públicas, gratuitas e de qualidade; na defesa e na fiscalização das condições de trabalho das/os assistentes sociais, no seu papel de formação permanente e de aprimoramento intelectual e ético-político da categoria, na defesa do projeto ético-político e no fortalecimento da luta geral da classe trabalhadora.

Desta forma, o artigo² motivado a refletir sobre as possibilidades de criação de estratégias para a objetivação dos princípios inscritos no projeto ético-profissional hegemônico – pretende analisar em que medida uma das Entidades profissionais, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, oferece suporte, teórico, normativo e ético-político, para fortalecer respostas profissionais cotidianas no âmbito das Políticas Sociais Públicas, que efetivem estratégias de enfrentamento da barbárie social, da desumanização, da precarização das condições de trabalho; de forma a garantir que o trabalho profissional seja respaldado para criar alternativas, a partir do cotidiano profissional, de objetivação da direção social e dos princípios e valores do projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro.

Para fins de análise foram eleitas as publicações, a atuação e os posicionamentos políticos do CFESS como universo da pesquisa, por se tratar da Entidade Profissional que possui uma estrutura administrativa e política capaz de assegurar sua interlocução com a categoria profissional em todo o território nacional, por ser a Entidade responsável pela fiscalização do exercício profissional e pela defesa da profissão no mercado profissional de trabalho. É também a Entidade profissional responsável pelas deliberações e normatizações que regulam o exercício profissional, sua relação com os empregadores e usuários/as das Políticas Sociais.

2 O artigo é resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, intitulado “Autonomia relativa e lutas coletivas do Serviço Social”, defendido em Julho de 2017 na Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras.

A análise foi realizada a partir da atuação e dos posicionamentos políticos da última gestão do CFESS, “Tecendo a luta da manha desejada” (2014-2017), e do primeiro trimestre da atual gestão “É de batalhas que se vive a vida”(2017-2020). A delimitação do período levou em consideração o volume de material a ser analisado e o contexto dos intensos ataques do capital às/aos trabalhadoras/es, de agudização da crise econômica e política brasileira, conjuntura que impacta o trabalho profissional e desafia a organização e atuação das Entidades da categoria profissional.

O resultado da pesquisa e análise qualitativa sobre os “CFESS Manifesta” produzidos nessa temporalidade das gestões, sendo elencados dois, um de cada gestão. A perspectiva teórico-metodológica e os resultados da análise são apresentados a seguir.

II. A ARTICULAÇÃO ENTRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E AS LUTAS COLETIVAS DA CLASSE TRABALHADORA.

A pesquisa realizou-se a partir das publicações do site do CFESS, visando a análise de duas categorias centrais contidas nas publicações: a ética e a política. A primeira de caráter ético, foi pesquisada nas publicações que fornecem elementos para que as/os assistentes sociais possam analisar criticamente a realidade, e criar alternativas para escolhas valorativas que realizam por meio do trabalho profissional a direção social do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. A segunda categoria, de caráter político, foi analisada a partir dos subsídios teóricos e posicionamentos do CFESS em defesa das Políticas Sociais, direito de cidadania, e nas lutas gerais da classe trabalhadora.

A escolha destas categorias não foram casuais, parte de duas perspectivas: das possibilidades de ampliação da autonomia relativa da/o assistente social e que assegurem a efetivação de respostas profissionais alinhadas ao “ethos” profissional inscrito na ética da/o Assistente Social, levando em consideração as relações e condições de trabalho, determinadas pelas mudanças ocorridas no “mundo do trabalho”.

Debate que se insere na tensão entre “projeto profissional e o estatuto assalariado”, da afirmação de que a/o assistente social é um ser prático social, capaz de fazer escolhas teleologicamente orientadas por valores e finalidades e dotado da capacidade de liberdade, capaz de projetar suas ações e construir estratégias para sua viabilização na realidade social e profissional; ao mesmo tempo que tem suas ações submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições

externas. Tensão que coloca o “dilema ‘causalidade e teleologia’, entre os momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito” (Iamamoto, 2014, p. 416).

Com base nas análises de Iamamoto (2014), podemos dizer que subjetivamente este dilema pode ser apreendido pelas/os assistentes sociais, a partir de percepções tipicamente cotidianas, de forma dualista, representado nas constantes falas nas quais reclamam sobre o “distanciamento entre a projeção e a realidade” ou “entre teoria e prática”. Afirmar, que segundo a autora, indicam duas questões relevantes. A existência de um campo de mediações, no qual, impõe-se a realização de um trânsito de análises da profissão, suas atribuições e competências e do seu direcionamento ético-político; e o seu exercício nos diversos espaços ocupacionais. E segundo, a necessidade de rompimento com análises unilaterais, que avaliam apenas um dos aspectos das tensões que atravessam o trabalho profissional, desconsiderando as contradições das relações sociais.

Retomamos esta discussão apresentada pela autora, porque não é incomum que os agentes profissionais reproduzam em seu cotidiano essa relação não mediada entre as orientações e posicionamentos do CFESS-CRESS e as requisições profissionais presentes nos diversos espaços sócio-ocupacionais, uma vez que os subsídios teóricos e os posicionamentos do CFESS não apresentam “receitas de bolo” aplicáveis às realidades (distintas) do cotidiano profissional, nos quais as/os assistentes sociais se inserem. Existe a necessidade imperativa de realizar mediações entre as polaridades da tensão que atravessa o Serviço Social, e não cair em práticas ou análises messiânicas ou fatalistas da realidade; para abrir a possibilidade da criação de alternativas dentro do exercício social.

Desta forma, a partir desta compreensão, durante a gestão “Tecendo a luta a manhã desejada” (2014 – 2017), foram oferecidos subsídios para fortalecer o trabalho profissional comprometido com a direção social do projeto hegemônico por meio de materiais e intervenções diversas por parte do CFESS

A partir do “CFESS Manifesta”, a Entidade apresenta, em forma de um manifesto, uma análise crítica da realidade social e profissional, oferecendo elementos teóricos, éticos e políticos para fortalecer posicionamentos de valor por parte da categoria em seu cotidiano profissional em face de situações de conflito, de desigualdade e de violação de direitos. Nas 27 edições do CFESS manifesta da gestão “Tecendo a luta a manhã desejada”, está presente a defesa do projeto profissional do Serviço Social, que afirma princípios e valores ético-políticos antagônicos à lógica capitalista. Os

elementos de crítica e de análise, apresentados nestas edições contribuem para a construção de estratégias de luta e de resistência no cotidiano profissional, frente à realidade de intensificação da exploração e da barbárie.

Com o objetivo de fortalecer e avançar na luta em defesa dos direitos sociais, tendo como horizonte a construção de uma sociedade emancipada, apresenta-se manifestos que realizam a defesa intransigente dos direitos humanos, a luta por Políticas Sociais gratuitas, universais e públicas, a defesa da qualidade dos serviços prestados, e a necessidade de articulação do exercício profissional com os movimentos sociais vinculados aos interesses da classe trabalhadora. As análises e os posicionamentos de valor não se limitam às lutas travadas no âmbito da sociabilidade burguesa, mas afirmam a necessidade de construção de uma sociedade sem classes e livre de qualquer tipo de opressão e dominação.

No “CFESS Manifesta” sobre o “Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto”, por exemplo, apresenta-se a liberdade como valor ético central, defendendo a autonomia das mulheres; denunciando o preconceito, as desigualdades nas relações de gênero, o conservadorismo religioso e o autoritarismo presentes na criminalização.

Ao nos posicionarmos em favor da liberdade como valor ético central, consideramos que a decisão de ser mãe deve ser um ato consciente de liberdade e não apenas uma contingência biológica ou uma imposição política e social. Deve vir acompanhada de acesso às políticas públicas de saúde, que garantam as condições objetivas para o exercício da maternidade, quando esta for desejada, e para sua interrupção quando não o for. (CFESS, 2016, p2)

Defender a descriminalização e a legalização do aborto, é defender a vida das mulheres e reconhecer a sua autonomia como indivíduos sociais capazes de realizar escolhas conscientes; assim como, reconhecer o poder sobre os seus corpos e sexualidade. É a defesa do acesso ao aborto de forma segura e universal, pelo Sistema Único de Saúde. Posição que reconhece o direito da mulher de decidir sobre sua saúde reprodutiva e sexual, sem ser discriminada e criminalizada. Direito que se articula com a defesa da qualidade das políticas de saúde e do acesso aos métodos contraceptivos (para mulheres e homens) e a assistência para uma gravidez saudável.

A criminalização do aborto, ao contrário do que se afirma na cultura dominante, não se pauta na defesa da vida, mas na defesa de um moralismo, que condena moralmente o aborto. Na análise de Barroco (2010), o moralismo é uma forma de alienação moral, que toma a moral como referência de análise de todos os conflitos sociais. O moralismo é saturado de preconceito, pois determinado pela ontologia do cotidiano, assume os juízos provisórios como verdades inabaláveis, que são

conservados mesmo quando as necessidades sociais, o sistema de valores e a própria ciência os refuta.

Muitos destes juízos provisórios possuem uma dimensão de afeto, seja pela confiança ou pela fé, diante dos valores, sendo uma característica comportamental da singularidade, para saciar as necessidades do “eu”. Entretanto, esta forma de satisfação da singularidade a partir do preconceito que é movido pela fé, sacia somente as motivações individuais, sem mediação com a genericidade humana. Desta forma, *“o afeto do preconceito é a fé’, uma atitude dogmática, movida em geral pelo irracionalismo e pela intolerância. No comportamento moral preconceituoso, as categorias orientadoras de valor baseiam-se nos sentimentos de amor ou ódio”* (Barroco, 2010,p47). Sendo o ódio direcionado, não apenas às coisas sobre as quais não acreditamos, mas também às pessoas que não possuem a mesma crença.

Desta forma, a argumentação de criminalização do aborto está, a nosso ver, diretamente ligada a um preconceito ligado a fé, sustentado por dogmas religiosos e por uma visão machista e submissa da mulher que, conjuntamente com o patriarcado, nega o direito da mulher à livre manifestação de sua sexualidade e escolhas sobre sua saúde reprodutiva. Tais argumentos desconsideram totalmente a realidade e em que condições as mulheres abortam, quem são as mulheres e, portanto, que a legalização do aborto é uma questão de Saúde Pública.

Segundo esta publicação do CFESS Manifesta, o abortamento inseguro é a quinta causa de mortalidade materna no país, sendo que de acordo com *“os dados de 2008 do IPAS Brasil (International Pregnancy Advisory Services), estima-se que, no Brasil, sejam realizados, por ano, certa de 1.042.243 abortamentos inseguros”* (CFESS, 2016). Entretanto, é sabido que existe um recorte de classe dentro deste debate, uma vez que a maioria que recorre ao abortamento inseguro é de mulheres trabalhadoras, de baixa renda e negras; ao passo que as mulheres das classes dominantes fazem o abortamento em clínicas particulares, mesmo que não legalizadas, possuem infraestrutura para o procedimento.

Defender a legalização do aborto é defender a vida das mulheres trabalhadoras, negras, de forma que elas possam realizar o procedimento com qualidade e segurança. Trata-se da defesa de que os corpos e as escolhas de vida não sejam pautadas por dogmas religiosos, intolerância e discursos de ódio.

Assim, esta edição do CFESS Manifesta apresenta a necessidade das/os assistentes sociais realizarem a discussão sobre o aborto, principalmente aqueles/as inseridos/as na Política de Saúde, da mesma forma entre aqueles/as que participam

de programas de planejamento familiar, uma vez que são temas interligados. Chama atenção para os riscos de condenação moral das mulheres, se pobres, por terem filhos demais; e se com algum tipo de condição de se recusar a ter filhos, reduzindo a mulher à condição de reprodutora, e não como portadora de direitos e de liberdade.

A atuação da/o assistente social, neste sentido, deve negar o controle social e essa lógica de condenação moral, reafirmando que as raízes da pobreza não “nascem da barriga das mulheres”, mas da sociedade desigual, na qual poucos se apropriam da riqueza produzida por muitos. Da mesma forma, considera que a decisão de se ter filhos ou não, não seja coibida pelos programas sociais ou pelas legislações.

Posições profissionais que vão contra a legalização do aborto, e reproduzem concepções e encaminhamentos conservadores, fortalecem o conservadorismo profissional, efetivando valores contrários aos defendidos pelo projeto profissional. Desconsideram as múltiplas situações nas quais levam a gravidez não planejada, que variam desde o desconhecimento do corpo até a negação do “parceiro” no uso da camisinha. Desta forma,

a postura profissional que se espera de assistentes sociais em seu cotidiano de trabalho, seja na saúde – principal espaço de interligação com a problemática do aborto – seja na assistência e nos serviços especializados de atendimento as vítimas de violência, e de um compromisso ético e político com os princípios democráticos que norteiam nossa profissão, e que devem ser sobrepostos aos desvalores do individualismo e do moralismo.(CFESS, 2016, p03)

Neste sentido, o CFESS Manifesta, como já mencionado, trás algumas análises e apontamentos importantes, a partir da discussão sobre a descriminalização e legalização do aborto, para reflexão profissional. Um deles é a explicitação dos valores que estão na base do discurso de criminalização, (des)valores como intolerância, a discriminação e autoritarismo, pautados no fundamentalismo religioso e na dominação do corpo das mulheres. Apresenta, a partir da reflexão ética coletiva da categoria, orientada pelos valores e princípios que norteiam o projeto profissional do Serviço Social, possibilidade de construção de respostas que garantam direitos e repitem as decisões das mulheres. Apresenta ainda, elementos de análise fundamentados sobre a defesa da legalização do aborto. Reflexão que parte da própria realidade, numa perspectiva histórica e de totalidade, que visa apreender as mediações existentes entre a singularidade dos casos de abortamento e as determinações estruturais que incidem sobre esta realidade. Da mesma forma que enfatiza a necessidade da inserção na luta por um Sistema de Saúde de qualidade que atenda essas mulheres, a fim de oferecer os serviços (saúde da mulher, métodos contraceptivos, etc), de forma gratuita e universal.

Da mesma forma que apresenta os argumentos políticos para a luta pela legalização do aborto, defende e ampliação do acesso aos métodos contraceptivos, um planejamento familiar que considere a mulher como um ser livre, e serviços e programas de saúde da mulher.

No mesmo sentido, analisamos o CFESS Manifesta, “‘cracolândia’, o que o Serviço Social tem a ver com isso?”, publicado pela gestão “É de batalhas que se vive a vida”, sobre a lamentável e criminosa (mesmo tendo respaldo legal), ação da Prefeitura de São Paulo, na chamada Cracolândia. Nesta edição do CFESS Manifesta, a entidade profissional oferece elementos de análise que reforçam a posição contrária do Serviço Social sobre esta intervenção do governo municipal de São Paulo, e aponta as referências éticas que devem ser adotadas pelas/os profissionais que integram as equipes que são chamadas a intervir nesta realidade, levando em consideração as possibilidades de assédio e perseguição.

Assim, neste CFESS Manifesta, analisa-se o episódio como parte de medidas higienistas, que integram a ideologia da “Guerra as Drogas”, e que vêm sendo adotadas pelo Estado nos últimos anos, internando compulsoriamente, ou encarcerando, as/os usuárias/os de drogas, a partir de uma concepção racista, que reforça a visão preconceituosa de que pobres e negros são “a classe perigosa”, ou potencialmente perigosa.

Neste sentido, esta publicação oferece orientações às/aos profissionais que são convocadas/os a participar dessas ações violadoras dos Direitos Humanos. As orientações, indicam como recorrer nas negociações com os superiores, para não participar de atividades com este caráter, fundamentando esta recusa nos valores e princípios da ética profissional, contrários à violação dos direitos humanos, à reprodução de preconceitos e à práticas autoritárias.

Orientamos que os/as profissionais que trabalham com esta população recorram ao acúmulo técnico-operativo e ético-político do Serviço Social brasileiro como fundamento para se recusar a desenvolver atividades que violem nossas prerrogativas profissionais. Dessa forma, recomendamos que fundamentem suas negativas por escrito a partir de vários dos princípios e artigos constantes no Código de Ética Profissional e em demais normativas da profissão. (CFESS, 2017, p2)

E sabendo dos limites que a primeira orientação possui junto aos coordenadores, o CFESS orienta a denúncia à Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social. Mas para além dessas ações, ressalta o dever ético e político de toda/o assistente social de denunciar a violação dos Direitos Humanos, preferencialmente coletivamente, nas instâncias competentes.

Além de orientar as iniciativas individuais/ e de equipe, esta edição do CFESS Manifesta, fornece elementos de análise sobre esta realidade e chama a/o assistente social para a construção da luta coletiva com os demais movimentos sociais e trabalhadores/as que atuam com as/os usuárias/os de substâncias psicoativas. Entende-se que as respostas democráticas para as abordagens do consumo de psicoativos supõe a integração e construção de espaços políticos, a defesa dos direitos sociais, dos direitos humanos, do direito à cidade, do cuidado em liberdade e do convívio familiar e comunitário. Defende-se a autonomia profissional e a garantia, a qualidade e a transparência dos serviços prestados à população.

Os subsídios políticos, para construção de ações conjuntas com os/as trabalhadores/as organizados e com os movimentos sociais para a ampliação dos direitos, da autonomia profissional e na direção da construção de uma nova socialidade, também são abordados nas Edições do CFESS Manifesta sobre a conjuntura elaborados pelo CFESS, tendo maior expressão, até mesmo quantitativa, a partir de 2015, em decorrência dos ataques ao campo dos direitos já no governo Dilma. Posto que, principalmente após o Golpe Institucional, a ofensiva do capital se intensifica, colocando em risco não só as Políticas Sociais, mas também os direitos trabalhistas. Lutar pela democracia do país, pela garantia dos direitos sociais e pela diminuição das desigualdades sociais (que neste período se acentuam) também se configura como um dever ético e político da/o profissional.

Mesmo considerando as profundas contradições existentes na realidade social e profissional, determinadas pela ordem do capital, o horizonte de lutas afirmado pelo projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro não está apartado das possibilidades objetivas de construção de respostas profissionais com a mesma direção social. Nesta direção, Barroco analisa que não há uma um “abismo intransponível” entre um horizonte de emancipação e a dominação existente.

Neste sentido, projeto societário e projeto profissional deixam de se colocar como antíteses, oferecendo a possibilidade de elaboração de mediações estratégicas que possam contemplar atuações diferenciadas: no campo estritamente institucional, no âmbito mais amplo das lutas da categoria e no espaço de participação política profissional como cidadão de sujeito político em lutas que articulam a emancipação social e política com projetos de emancipação humana. (Barroco, 2012, p67)

Nesse sentido, além dos CFESS Manifesta, o CFESS oferece análises políticas que fornecem importantes contribuições para o direcionamento político da/o assistente social expressas também nas campanhas do “Dia do/a assistente social”, lançada todo dia 15 de Maio, e nas notas realizadas, oferecendo elementos teóricos e políticos de análise sobre a conjuntura política e econômica, para a defesa das Políticas Sociais,

denunciando a privatização e a desresponsabilização do Estado, como no caso das notas contra a contratação da Empresa e Serviços Hospitalares – EBSHER, nos Hospitais Universitários, precarizando não só a saúde, mas também o processo de formação; e além da nota contra o repasse de verba federal para as Comunidades Terapêuticas.

Outras ações também são realizadas pelo CFESS, como a articulação com outras categorias e movimentos sociais na defesa da democracia, das Políticas Sociais e pelo fim da opressão. A realização do “CFESS na estrada”, articulando ações com os Conselhos Regionais do Serviço Social com a finalidade de estreitar os laços com a base da categoria e fomentando espaços de formação e discussões pertinentes ao trabalho profissional. Além de orientar e formar, via Seminários (fortalecendo a discussão sobre o processo de trabalho no qual a/o profissional se insere nos diversos espaços ocupacionais, e as discussões sobre os instrumentos, competências e atribuições do Serviço Social), o CFESS realiza ações jurídicas pelo cumprimento das Leis conquistadas pela categoria, e pela garantia e defesa das atribuições e competências privativas da/o Assistente Social dentro das instituições, bem como para assegurar que sejam cumpridas as Resoluções profissionais nos espaços sócio ocupacionais.

Embora, nos limites da pesquisa, não tenha sido possível esgotar e detalhar as análises de todas as publicações, posicionamentos e frentes de atuação do CFESS é possível afirmar que em seu conjunto este material oferece tanto subsídios teóricos quanto orientações éticas e políticas para fortalecer o trabalho profissional cotidiano comprometido com o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social brasileiro.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, colocou-se o desafio de refletir sobre as estratégias profissionais para assegurar e fortalecer o trabalho cotidiano da/o Assistente Social comprometida/o com os valores e princípios defendidos pelo projeto ético-político do Serviço Social. Considero que um dos elementos para compreensão deste debate é a apreensão da relação de tensão existente entre o estatuto assalariado e o projeto ético-político profissional (Iamamoto, 2014). O resgate desta discussão permite identificar os limites e as possibilidades existentes no trabalho profissional e se debruçar sobre as reais possibilidades de aprofundamento da autonomia profissional relativa, frente às demandas e exigências patronais.

Este dilema, central neste trabalho, leva em consideração que esta relação significa, por um lado, a relação da autonomia relativa profissional, garantida pelo

aparato legal de “profissional liberal” e pela formação acadêmica; e por outro lado, a realização do exercício profissional que é mediada pelo trabalho assalariado.

Compreender a/o assistente social como um/a trabalhador/a assalariado/a, implica no reconhecimento de que esta atividade especializada se realiza pela venda da força de trabalho em troca de um salário, que assegure a reprodução social destes/as trabalhadores/as. Esta condição determina que o caráter social do seu trabalho assuma uma dupla determinação: de trabalho concreto, que possui um valor de uso social, ao mesmo tempo que possui a dimensão do trabalho abstrato, uma vez que as necessidades na sociedade capitalista são mediadas pelo mercado. Nas palavras de Yamamoto,

o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: (a) enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; (b) mas só pode entender as necessidades sociais se seu trabalho pode ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato –, mero coágulo de tempo de trabalho social médio –, possibilitando que esse trabalho provado adquira um caráter social. (2014, p421)

Assim, para realizar o seu trabalho, a/o profissional insere-se nas instituições empregadoras, fazendo com que a própria relação que se estabelece, os meios para realização desta atividade, o objeto do seu trabalho, que são as expressões da questão social, também se alterem. Ou seja, as condições, os meios e as finalidades do trabalho profissional são mediados por interesses antagônicos e orientados pela perspectiva do empregador. O empregador, majoritariamente o Estado, apresenta o recorte das políticas a serem oferecidas, as demandas prioritárias a serem atendidas e as condições de realização do trabalho profissional. Portanto, os meios, os recursos, os programas e projetos, são disponibilizados para o trabalho profissional pelo patronato.

Entretanto, pelo caráter contraditório das relações sociais, campo histórico que determina o significado social da profissão, e pela autonomia relativa do exercício profissional, existe a possibilidade real de orientar os instrumentos/ recursos disponíveis nos espaços sócio ocupacionais na direção contrária às necessidades do capital, obviamente que sempre de forma relativa às determinações da totalidade social. As necessidades sociais e as demandas dos seus/as usuários/as, especialmente quando fortalecidas e politizadas pela luta geral das/os trabalhadoras, podem ampliar a base de legitimidade do trabalho profissional na perspectiva de afirmação dos interesses da classe trabalhadora. Desta forma, a/o assistente social atende com o seu trabalho as requisições dos trabalhadores, e da burguesia. Compreender essa dupla determinação é fundamental para a construção de

estratégias profissionais que articulem o exercício profissional às lutas coletivas e às estratégias da classe trabalhadora. (Iamamoto, 2014).

Estas estratégias são coletivas, mas envolvem a adesão dos agentes profissionais, articulando, portanto, dimensões singulares e coletivas no sentido de fortalecimento e ampliação da autonomia profissional, para tanto, alguns compromissos e investimentos são necessários. Investimento permanente na formação intelectual, que propicie uma capacidade de análise crítica da realidade social e profissional, capaz de superar o imediatismo dos fatos singulares e das avaliações rasas sobre as expressões da questão social e sobre a processualidade histórica; o comprometimento com os valores éticos inscritos no projeto ético-político do Serviço Social, assegurado pela competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política; a defesa intransigente dos Direitos Humanos; a luta pela ampliação da cidadania, pelo aprofundamento da democracia, pela recusa do autoritarismo e qualquer forma de intolerância, opressão e exploração. Defesas e lutas que envolvem o exercício profissional e a luta geral dos/as trabalhadores/es.

Na mesma direção, estas estratégias supõem a permanente articulação com os movimentos sociais e demais trabalhadores/as para a ampliação e a garantia efetiva dos direitos e das Políticas Sociais, da mesma forma, a sua integração com movimentos que lutem contra a precarização e exploração das relações trabalhistas, construindo alternativas coletivas para o enfrentamento da barbárie contemporânea. Como inscrito no Código de Ética e apontado por Barroco,

Quando se trata de encontrar formas de viabilização dos programas e políticas voltadas à população, é fundamental a articulação profissional com a população e a sua organização popular, pois os movimentos organizados exercem um papel importante com suas reivindicações e formas de pressão política junto às instituições, na luta pela realização dos seus direitos. (2012, p82)

Nesta perspectiva, sinaliza-se outro debate a partir desta discussão, de como construir possibilidades de intervenção, partindo do direcionamento ético do projeto profissional, dentro da sociedade capitalista, já que existe uma relação antagônica entre o projeto profissional e o projeto societário vigente.

Como procuramos indicar em nossas análises sobre as publicações, manifestações e frentes de luta do CFESS, os limites objetivos postos à efetivação do projeto profissional podem ser enfrentados coletivamente e embora os valores e princípios afirmados pelo projeto profissional não possam se efetivar na sua plenitude no âmbito da sociabilidade burguesa, isto não anula as efetivas possibilidades de sua realização, ainda que de forma parcial em face da totalidade social.

Neste sentido, se faz necessário debruçar sobre o caráter contraditório da profissão, sobre os componentes e valores do projeto profissional hegemônico, sobre as mediações existentes entre este projeto e a defesa de uma sociedade emancipada, na perspectiva de elucidar os elementos de análise que fortaleçam as estratégias coletivas de afirmação deste projeto, considerado aqui como um patrimônio valioso da categoria profissional. No entanto, é importante reconhecer os desafios colocados pelo contexto de crise estrutural do capitalismo na contemporaneidade: a precarização das relações trabalhistas, a ofensiva capitalista sob os direitos sociais; a intensificação de respostas fincadas no irracionalismo, fragmentando a realidade, e o avanço da barbárie social, uma vez que o capitalismo se mostra incapaz de dar respostas civilizatórias para a humanidade.

E respondendo a inquietude que originou pesquisa, e agora o artigo, partindo do pressuposto que um dos condicionantes para a objetivação dos valores no cotidiano profissional é a expansão da autonomia relativa, procuramos verificar qualitativamente como o Conselho Federal de Serviço Social oferece elementos para fortalecer esta autonomia das/os Assistentes Sociais no cotidiano profissional. Para tal objetivo, delimitamos nossa pesquisa na análise das publicações, posicionamentos e frentes de luta da última gestão (2014-2017) e dos três primeiros meses da atual gestão (2017-2020).

Assim, verificamos que o suporte oferecido para ampliação da autonomia relativa do trabalho profissional se realiza por meio de manifestos públicos, notas individuais ou coletivas, Resoluções, Brochuras com subsídios para atuação profissional nas diferentes Políticas Sociais, Seminários, Encontros, Pareceres Jurídicos, nos quais encontramos elementos de análise teórica, orientações éticas e políticas para a compreensão da realidade social e profissional, visando desvelar a aparência dos conflitos sociais, de forma crítica, a partir da reflexão teórica e ética, propondo ações e posicionamentos às/aos assistentes sociais. Esses posicionamentos, orientações e subsídios teóricos levam em consideração as contradições e constrangimentos presentes no cotidiano profissional, bem como a condição assalariada do profissional. Oferecem também, orientações para as situações nas quais o exercício profissional pode contribuir para a violação de direitos, e para aquelas que envolvem situações de assédio moral.

O CFESS também realiza ações que visam a formação profissional, como Seminários e Cursos; da mesma forma que atua em várias frentes de luta para a garantia das Políticas Sociais e dos direitos das/os usuárias/os. No que diz respeito às condições de trabalho, o CFESS realiza ações para a efetivação das conquistas legais

da categoria, como as 30 h, e a garantia das suas atribuições e competências privativas e do sigilo profissional.

Assim, mesmo compreendendo a existência de outras determinações que incidem sobre o trabalho profissional, o artigo indica que os esforços empreendidos pelo CFESS, visam fortalecer as escolhas de valor dos agentes profissionais comprometidos com o projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro. Nos materiais pesquisados, identificamos que o CFESS oferece respostas concretas para o fortalecimento do trabalho profissional, expressando a organização da categoria profissional, ao mesmo tempo que convoca a categoria para participar das lutas coletivas das/os trabalhadoras/es, principalmente no atual cenário de crise econômica e política, que vão além da defesa dos nossos direitos, mas principalmente para a construção de uma alternativa à ordem burguesa. Um chamado às/aos assistentes sociais para resistir e lutar, até porque **“Na luta de classes não há empates”**.

Referencias

BARROCO, Maria Lúcia. **O código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS. Dia Latino-Americano e Caribenho pela descriminação e Legalização do Aborto. In: **CFESS Manifesta**. Brasília, 2015.

_____. “Cracolândia”, o que o Serviço Social tem a ver com isso? In: **CFESS Manifesta – Série Conjuntura e impacto no trabalho Profissional**. Brasília, 2017.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social em tempo de Capital Fetiche. In: **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Os espaços sócio ocupacionais do Assistente Social. Brasília. In: **ATRIBUIÇÕES Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1. Ed. rev. e ampl. Brasília: CFESS, 2008.

_____. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, 2012.